NORMAS PARA DEFESA DE DISSERTAÇÃO E TESE DO PBA/UEM

Art. 1º. A dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado deverá basear-se em trabalho de pesquisa original e/ou produto tecnológico (patente), que represente uma real contribuição ao conhecimento científico do tema e que atenda o que segue:

I - para o Mestrado: a dissertação deverá resultar em pelo menos um artigo com, no mínimo, B1 - Qualis ou A5 - Percentis, na área de Biotecnologia, ou em um pedido de depósito de patente ou outro produto tecnológico com documentação comprobatória;

II - para o Doutorado: a tese deverá resultar em pelo menos um artigo, preferencialmente, com Qualis - A1, A2 ou A3, ou A1, A2 ou A3 - Percentis, na área de Biotecnologia, ou em um pedido de depósito de patente ou outro produto tecnológico com documentação comprobatória. Poderá ainda resultar em, pelo menos, dois trabalhos com, no mínimo, Qualis - A4 ou Percentis - A4, na área de Biotecnologia, ou em um artigo científico com, no mínimo, Qualis - A4 ou Percentis - A4 e um pedido de depósito de patente ou outro produto tecnológico, com documentação comprobatória.

III - o modelo de dissertação ou de tese deve conter basicamente:

a) Introdução, Revisão Bibliográfica, Objetivos; Materiais e Métodos; Resultados; Discussão; Considerações Finais; Referências, seguindo modelo disponível na página do PBA; ou

b) Introdução, Revisão Bibliográfica, Objetivos; Capítulo(s) contendo o artigo/*paper*; Considerações Finais; Referências, seguindo modelo disponível na página do PBA.

Art. 2º. Entende-se por “outros produtos tecnológicos”, àqueles que são considerados como tecnologias não-patenteáveis, ou seja, sem mecanismos formais de proteção, na qual incluem:

I - Produtos registrados em órgãos competentes - apresentar documento do registro; no caso de parceria com o setor produtivo apresentar também o contrato de parceria; e no caso de o produto estar sendo comercializado, apresentar também declaração, ou nota fiscal, ou outro documento que comprove que o produto esteja de fato no mercado;

II - *Know-how* - apresentar contrato de licenciamento para empresa; no caso de o produto já estar no mercado, apresentar também declaração, ou nota fiscal, ou outro documento para comprovação;

III - Cepa como produto biotecnológico em parceria com o setor produtivo - apresentar comprovante do depósito em uma coleção biológica, registro no MAPA; no caso de o produto já estar no mercado, apresentar também declaração, ou nota fiscal, ou outro documento para comprovação;

IV - Produto/Processo em sigilo em parceria com empresa - apresentar contrato de parceria com o setor produtivo; no caso de o produto já estar no mercado, apresentar também declaração, ou nota fiscal, ou outro documento para comprovação;

V - Cultivar - apresentar artigo científico no caso de Cultivar desenvolvida, mas ainda não lançada ou registrada; e/ou documento comprobatório do lançamento em evento; e/ou documento do registro no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); no caso de Cultivar sem registro, em uso pelos agricultores, apresentar declaração, ou nota fiscal, ou outro documento que comprove que o produto esteja de fato no mercado (em uso no agronegócio); e no caso de Cultivar com registro publicado, em uso pelos agricultores, desenvolvida em parceria com o setor produtivo (empresa do agronegócio) apresentar declaração, ou nota fiscal, ou outro documento que comprove que o produto esteja de fato no mercado, além do contrato de parceria com o setor produtivo;

VI - Tecnologia social (Produto, processo, método ou técnica desenvolvido(a) como solução às demandas de segmentos da sociedade, sendo relevante a obtenção de retornos mensuráveis de caráter sócio e/ou econômico, i.e., com impacto social comprovado) - apresentar documento descrevendo/confirmando a inovação e originalidade da tecnologia social; no caso de parceria com agente social representativo, apresentar contrato de parceria; no caso de tecnologia social gerada, transferida com produto no mercado, apresentar declaração, ou nota fiscal, ou outro documento que comprove que o produto esteja de fato no mercado, além do contrato de parceria com o setor produtivo;

VII - Empresa/*Start-up* Inovadora - apresentar Contrato Social, Prova de Inscrição (Estadual e/ou Municipal, e Regularidade de Inscrição no CNPJ); no caso de empresa/*start-up* incubada, apresentar documento comprobatório da incubadora; no caso de empresa/*start-up* com produto no mercado, apresentar declaração, ou nota fiscal, ou outro documento que comprove que o produto esteja de fato no mercado.

Art. 2º. Pode fazer parte da dissertação ou tese, um ou mais artigos submetidos, no prelo ou publicados, ou ainda produtos tecnológicos produzidos durante o período do curso, objetivados no projeto de pesquisa, previamente aprovado pelo CA do PBA.

I - o texto referente ao artigo ou o texto escrito deve ser apresentado na forma acabada, dentro das normas exigidas:

a) pelo periódico quando se tratar de artigo;

b) pelo NIT-UEM quando se tratar de patente;

c) pelos órgãos competentes quando se tratar de tecnologias não-patenteáveis.

Art. 3º. Se a dissertação ou tese for constituída apenas por artigos submetidos, no prelo ou publicados, produzidos durante o período do curso, deverão atender o que segue:

I - no Mestrado: somente será admitido para defesa, se a publicação possuir, no mínimo, Qualis - B1 ou Percentis - A5, na área de Biotecnologia;

II - no Doutorado: somente será admitido para defesa, se a publicação possuir, no mínimo, Qualis - A2 ou Percentis - A2, na área de Biotecnologia.

Parágrafo único. Na dissertação ou tese será obrigatória a inclusão de um capítulo inicial de Revisão Bibliográfica atualizada dos tópicos abrangidos no trabalho e ao final deste, inclusão dos Objetivos da pesquisa e, portanto, dos capítulos apresentados na sequência. No caso do produto da dissertação ou tese ser um “registro de software”, este deverá ser precedido, obrigatoriamente, por um capítulo que descreva cientificamente o desenvolvimento, a aplicação biotecnológica e o conhecimento (revisão bibliográfica) associado a este software. O capítulo final, obrigatoriamente, deverá ser das Considerações Finais, onde serão relacionados, de forma relevante, todos os resultados obtidos com as suas conclusões.

Art. 4º. O julgamento da dissertação ou tese deverá ser requerido pelo candidato e pelo orientador ao CA do PBA, acompanhado com o parecer do orientador.

Parágrafo único. A Banca Examinadora, em decisão por maioria de seus membros, anteriormente à defesa, poderá rejeitar *in limine* a dissertação ou tese.

a) neste caso, a dissertação ou tese não poderá ser defendida de imediato;

b) a banca examinadora deverá emitir um parecer circunstanciado informando ao pós-graduando e ao orientador, quais pontos do trabalho necessitam de revisão e quais as alterações devem ser realizadas;

c) uma nova versão da dissertação ou tese deverá ser entregue em até noventa dias após a emissão do parecer da banca examinadora, e a defesa deverá ocorrer em um prazo máximo de trinta dias após a entrega da nova versão.

Art. 5º. O requerimento de defesa, a lista dos componentes da banca examinadora de dissertação, exame de qualificação ou tese, juntamente com o trabalho em PDF, deverá ser entregue na secretaria do PBA, com antecedência mínima de trinta dias da data da defesa, para possibilitar a aprovação pelo CA.

I - ficará sob responsabilidade do orientador encaminhar para os membros da banca examinadora, a cópia do trabalho redigido em PDF e o convite para a participação na defesa;

II - ficará sob responsabilidade do orientador questionar aos membros da banca examinadora, se preferem receber o trabalho impresso e efetivar a postagem;

III - ficará sob responsabilidade da secretaria do PBA fazer os ajustes para a efetivação da defesa.

Art. 6º. A defesa da dissertação ou tese ou exame de qualificação deve ser pública, em local, data e horário previamente divulgados, seja ela apresentada de forma presencial, híbrida ou remota, e o resultado registrado em ata, assinada por todos os membros da banca examinadora, mediante assinatura manuscrita em pessoa ou digitalizada ou assinatura eletrônica certificada.

Parágrafo único. A defesa de dissertação ou tese ou exame de qualificação deixará de ser pública em caso de necessidade de proteção intelectual visando solicitação de patente, desde que aprovado pelo CA do PBA, mediante solicitação do orientador e do pós-graduando.

Art. 7º. O mestrando ou doutorando que tenha satisfeito todas as exigências destas Normas, acrescidas daquelas relativas à entrega do exemplar corrigido, submissão de todos os artigos ou aceite ou publicação, de pelo menos um artigo resultante dos dados obtidos em sua dissertação ou tese, ou ainda, a apresentação de documentos comprobatórios de produtos tecnológicos, fará jus ao diploma, como segue:

I - os documentos comprobatórios da submissão do(s) artigo(s) e/ou do aceite de ao menos um artigo, ou ainda, a apresentação de documentos comprobatórios de produtos tecnológicos, com aval e coautoria do orientador, deverá ser entregue na secretaria do PBA, com a anuência do orientador;

II - a entrega, em até sessenta dias após a realização da defesa pública da dissertação ou tese, da versão definitiva, na secretaria do PBA;

III - em caso de pedido de depósito de patente, o artigo poderá ser substituído pelo requerimento à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação/Divisão de Propriedade Intelectual da UEM, e o comprovante entregue na secretaria do PBA.

Parágrafo único. É obrigatória a inclusão nos agradecimentos e financiamentos, da dissertação, qualificação, tese, trabalhos apresentados em eventos científicos, e principalmente, nos artigos/*papers* a serem publicados, os nomes das agências fomentadoras, financiadoras de bolsas e de recursos para projetos (CNPq, FA, Finep, etc.), e, obrigatoriamente, o nome da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *Stricto sensu*, como o PBA/UEM.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pelo CA do PBA.